O Fantasma do Ensino Pago

Simon Schwartzman

Publicado no *Jornal do Brasil*, 26 de março de 1991.

Quem lê os jornais poderia acreditar que mais uma vez o Ministério da Educação se junta ao Banco Mundial no ataque às universidades públicas, propondo que os estudantes paguem os custos da universidade, para eximir o Estado de suas obrigações. Na realidade, a questão do ensino pago é o aspecto menos importante das propostas do Ministério da Educação, e a obsessão com que ela tem sido discutida acaba camuflando as questões mais centrais.

O aspecto mais importante da proposta do Ministério é dar sequência plena ao preceito constitucional da autonomia. Pelo projeto, as universidades teriam um regime jurídico especial, deixando de confundir-se com o funcionalismo civil da União; elas seriam geridas por um reitor indicado pelo governo a partir de listas tríplices, e supervisionadas por um Conselho Curador com participação da Comunidade e do governo; teriam total autonomia acadêmica; e principalmente - esta a grande novidade- total autonomia de gestão financeira e administrativa, trabalhando com orçamentos globais, podendo estabelecer sua própria política de pessoal, planos de cargos e salários, etc. A autonomia é condição essencial para que as universidades possam tomar iniciativas e assumir suas responsabilidades pelo uso de seus recursos e pela realização dos objetivos para os quais elas foram criadas.

Dar autonomia significa trocar o controle formal que não funciona por sistemas adequados de avaliação, acompanhamento e divulgação periódica de resultados, que possam inclusive servir de base para a distribuição de recursos entre as universidades. A solução proposta pelo Ministério - de que esta distribuição fosse feita pelo Congresso - é totalmente inadequada. O que o Congresso deve fazer é estabelecer o volume global de financiamento das universidades federais; sua distribuição deveria ser feita por um organismo especial, com suficiente credibilidade e competência técnica para tomar em conta as solicitações das universidades, informações sobre seu desempenho recente, planos futuros de ação e estimativas técnicas sobre custos médios por aluno e uso adequado de instalações físicas e pessoal disponível. Dada a experiência dos últimos anos, é difícil acreditar que o Ministério da Educação tenha condições de montar um organismo como este, ou que o CFE possa assumir esta função; um bom sistema independente de avaliação poderia ser feito, no entanto, com a colaboração ativa

e a participação das sociedades científicas, conselhos profissionais e várias universidades que já têm experiência acumulada nestas questões.

A segunda proposta do Ministério, a da instituição de exames de habilitação profissional, acerta no varejo, mas erra no atacado. Como sistema voluntário, a existência de exames de habilitação profissional pode aumentar a confiança e a informação do público sobre os profissionais cujos serviços contrata, e servir como forma indireta de avaliação de instituições. Como sistema geral e obrigatório, no entanto, eles correm o risco de se transformar em uma grande burocracia, e seriam totalmente sem sentido em campos como administração, economia, comunicação social, ciências sociais e muitos outros; e mesmo em áreas como medicina ou direito, eles podem servir sobretudo como mecanismos de fechamento do mercado de trabalho a novos ingressantes, pelo estabelecimento de padrões de exigência superiores aos que o mercado de trabalho realmente necessita. A proposta do Ministério não leva em consideração o fato de que é natural, e desejável, que a educação superior brasileira produza pessoas com níveis de qualificação distintos, atendendo a públicos com níveis diferentes de exigência e poder de compra. Avaliações são importantes para que o público saiba o que está comprando, mas não para retirar das prateleiras os produtos que as elites rechaçam, aumentando o preço dos que restam.

Estas são as propostas que importam. Não são invenções de última hora, não têm nada a ver com "privatização", e refletem, bem ou mal, ideias que já vêm circulando há muitos anos nos meios universitários: a plena autonomia das universidades, mecanismos adequados de distribuição de recursos, as formas de acompanhamento e avaliação de resultados. Para os que não querem nada disto, parece mais fácil taxar todo o projeto de "privatista" e rejeitá-lo em bloco, em nome da defesa gloriosa do ensino público, e desta forma deixar de enfrentar as questões mais difíceis e mais profundas que estão sendo colocadas. O que não significa que a questão da cobrança de anuidades não deva ser examinada.

A proposta do "serviço civil obrigatório", com indenizações monetárias para quem se eximir, é a mais débil de todas. Seria odioso um sistema em que os ricos compram sua liberdade, e os pobres são obrigados a trabalhar para o governo para pagar sua educação. E o que faria este governo, que está tentando diminuir seu funcionalismo, com os cerca de 40 mil formados cada ano pelas universidades federais? Quanto custaria isto em termos de salários? E a burocracia para gerir tudo isto?

Esta proposta não passa de um subterfúgio para contornar a norma constitucional do ensino público gratuito, mas não há como não enfrentar esta questão diretamente. Os fatos são bastante claros. Não é possível financiar a educação superior com um mínimo de qualidade exclusivamente com dinheiro de anuidades. Nenhum país do mundo faz isto, e o Brasil não seria

o primeiro. Cálculos sugerem que as anuidades poderiam cobrir, no máximo, 10% dos atuais orçamentos universitários do setor público. Por mais que as universidades aumentem sua eficiência, isto não mudaria muito, porque a qualidade ainda tem que melhorar, e muito mais gente precisaria estar recebendo educação superior de nível adequado. Mas estes 10% adicionais poderiam significar mais do que o dobro dos recursos hoje disponíveis para gastos de custeio, que fariam uma enorme diferença para instituições que hoje têm dificuldade para seus gastos do dia a dia. Cobrar seria correto do ponto de vista de justiça social, não só porque boa parte dos alunos das universidades públicas já vêm pagando sua educação nas escolas secundárias (e por isto mostram que podem pagar), como principalmente porque um título universitário no Brasil é uma garantia quase certa de bons empregos e melhores salários no futuro, e não há nenhuma razão para que os que vão se beneficiar deste privilégio não paguem por ele. Cobrar dos alunos, com o dinheiro revertendo para as universidades, é mais justo do que taxar a população como um todo, fazendo o dinheiro sumir no bolo total. Para os que não possam pagar, um sistema de empréstimos de longo prazo, com período de carência e vinculado a rendas efetivas, resolveria a questão. Poderia haver até mesmo a possibilidade de pagar estes custos com serviços à comunidade, no magistério de primeiro grau, em atividades de saúde e outras que se credenciarem para receber este tipo de ajuda. Se uma parte dos atuais orçamentos universitários fosse utilizada para formar um fundo de empréstimo, o dinheiro poderia voltar para as universidades na forma de recursos obtidos graças ao prestígio e reconhecimento de seus cursos, o que seria um fator importante para torná-las mais sensíveis às questões de qualidade e relevância social. Um sistema como este não faria as universidades públicas menos públicas, mas poderia torná-las socialmente mais justas, e capazes de prestar melhores serviços.

Existem pois boas razões para alterar o privilégio constitucional do ensino público gratuito, mas a batalha pode não valer o custo de deixar de lado o mais importante, que é fazer das universidades públicas instituições autônomas, responsáveis pelos seus resultados, e sujeitas a mecanismos permanentes e confiáveis de avaliação. O tema do ensino pago e da privatização é um terreno fértil para apelos emocionais e grandes gestos, e não deveríamos permitir que seu fantasma continue a impedir que as questões mais de fundo sejam examinadas.